

BOLETIM SINT-UFG

GOIÂNIA-GO

JANEIRO/95

Nº 12

Data-Base: Hora da Mobilização

O governo está apresentando aos SPF's duas propostas: concede o índice legal de 25,94% parcelado em quatro vezes ou aplica integralmente os 25,94% e aguarda que tenha recursos em caixa para efetuar o pagamento. Entre as duas propostas, o que se exige é que o governo FHC cumpra a lei. Em outras palavras: que pague o que deve aos servidores, sem burlar a legislação em vigor. Daí o entendimento de que ambas as propostas do governo são cínicas. Portanto, prejudiciais e ineptas à categoria.

Em ofício datado de 5/01/95, dirigido ao ministro da Administração Federal, Luis Carlos Bresser Pereira, a Fasubra observa que o índice de 25,95% "sequer recupera as perdas salariais sofridas pelo conjunto dos servidores públicos ao longo do ano de 1994, que segundo cálculos do Dieese somam 213%." Na opinião da Fasubra, caso o governo venha a concretizar a sua proposta de parcelamento isso viria reforçar o arrocho salarial por que passa a categoria.

A Federação salienta que se trata de uma postura contrária à ordem jurídica a pretensão manifestada pelo Poder Exe-



cutivo de parcelar o reajustamento de 25,94%, correspondente ao IPC-r acumulado no período de julho/ dezembro de 1994, por atentar contra o princípio constitucional que protege o direito adquirido e o princípio constitucional de irredutibilidade de vencimentos.

No que tange ao pagamento das férias relativas ao mês de janeiro e antecipações, a Fasubra qualifica o atraso como uma situação em que se configura mais um ato de ilegalidade e de profundo desrespeito. Acrescenta ainda que "é inaceitável que esta situação perdure até então, acarretando aflição incontornável ao conjunto do serviço público federal, princi-

palmente àqueles que se encontram no 'gozo do descanso remunerado', em decorrência de conflitos que já deveriam ter sido superados".

É necessário ter claro que o SPF's estão sendo vítimas, mais uma vez, de uma perseguição que nos coloca na situação de "bode expiatório", responsáveis por todos os males da nação. Só há um meio de enfrentar esses ataques: a mobilização. Do contrário, os nossos direitos duramente conquistados serão subtraídos um a um e seremos expostos à execução pública. Não podemos admitir que isso se repita. Daí a necessidade de nos unirmos. Só assim seremos fortes. Todos à luta!

EDITORIAL

Além da posse de FHC, o dado novo na conjuntura é a grave crise que solapou o governo do México, com a maxi-valorização do dólar em relação ao peso mexicano. Esta, em que pese os esforços da mídia e do governo, impactou fortemente a credibilidade dos planos de estabilização semelhantes ao adotado no México, em países como Brasil (Plano Real) e Argentina (Plano Cavallo), ambos assentados na chamada âncora cambial no caso brasileiro e mexicano, e numa dolarização da economia mais explícita no caso argentino.

Os efeitos da crise do México se fizeram sentir imeditamente nas bolsas de valores, nas taxas de juros, na elevação da cotação do dólar. A crise mexicana, que dentre outros fatores derivou da incapacidade de manutenção dos níveis de reservas em dólar pelo governo mexicano, provocou uma grande fuga do capital internacional especulativo que circulava na sua economia, abalando decisivamente a capacidade de o governo assegurar a manutenção da âncora cambial, levando à maxi-desvalorização do peso frente ao dólar, que pode implicar na ruptu-

ra da chamada estabilização econômica alcançada pelo México.

Os riscos da crise mexicana para a continuidade da aplicação das teses neoliberais na América Latina, tanto do ponto de vista econômico, quanto político são tantos, que determinaram a adoção de medidas urgentes da parte dos países desenvolvidos. Sendo o modelo mexicano um paradigma do "sucesso" (sic.) das teses neoliberais de estabilização econômica para a América Latina, e tendo em vistas as possibilidades de sua repetição nos países que adotaram modelos semelhantes, é fundamental que esses países se mobilizem para impedir uma falência prematura destas teses.

Para tanto, foi montada uma rápida intervenção dos países alinhados no FMI, para garantir uma injeção de recursos da ordem de US\$ 18 bilhões no México, na maior operação desta natureza realizada desde 1945, com o Plano Marshall, aplicado no pós-segunda guerra mundial. Esta operação dá conta da gravidade da crise mexicana, e do temor da falência completa do receituário econômico neoliberal, e das teses do

consenso de Washington.

Terminada a pirotecnia da posse de FHC, com a nomeação dos principais cargos da equipe que compõe o novo governo começam-se a delinear suas áreas de conflito e de tensionamento interno. Surpreendidos pela crise mexicana, o governo FHC busca adotar medidas mais drásticas ainda, no tocante à sua imperativa necessidade de manter o eleitorado Plano Real a qualquer custo, sobretudo após ter experimentado uma queda no nível das reservas em dólar, fator este que, embora ainda não seja no momento comprometedor, é muito semelhante ao início da crise mexicana.

Preocupados com os mecanismos que deflagram a crise mexicana, o governo FHC e sua equipe econômica, com a velha cantilena anunciam, numa pompa de austeridade, a necessidade de mais cortes no Orçamento, como se o Orçamento aprovado na íntegra pelo Congresso Nacional tal e qual enviado pelo governo não tivesse sido elaborado pela mesma equipe econômica que aí está, em conformidade com as chamadas necessidades da estabilização econômica.

Intensificar a mobilização

Empossado o governo de FHC, a partir de agora serão cada vez mais intensos os ataques das elites aos direitos dos trabalhadores, e particularmente do governo aos servidores públicos. Por isso é fundamental a organização da categoria e a nossa acumulação de forças para resisitir e contra-atacar, atuando vigorosamente na disputa que travaremos no primeiro período do governo FHC. O da viabilização de propostas de reformas constitucionais.

Visando colocar o movimento dos SPF numa posição de defensiva e de mobilização, o governo atacará incessantemente os servidores, buscando interpor obstáculos continuamente, bem como jogar o conjunto da população contra os servidores. Da mesma forma, buscará confundir o movimento e com isso desgastá-lo continuamente. Os balões de ensaio lançados na mídia de que o governo irá parcelar, a exemplo do que busca fazer Mário Covas em São Paulo do minguido reajuste calculado pelo IPCR cumprem esse objetivo.

A adoção de uma medida desta natureza carece de legalidade e legitimidade. Quanto à legitimidade da decisão, o governo vem buscando-a com suas recentes declarações e ataques, quando procura responsabilizar, a exemplo de Collor, os servidores pelo déficit público e ao afirmar que a concessão do reajuste de uma única vez comprometerá a estabilização econômica. Ressalte-se que a forma de cálculo do reajuste foi negociada e posteriormente sancionada pelo governo quando da aprovação do projeto de conversão da MP que criou a URV.

Quanto à questão da le-



galidade, esta é mais difícil pois, ao contrário do que fez à época da criação da URV, quando publicou a MP no último dia de fevereiro alegando que não haveria quebra de contrato e que portanto não se aplicaria a correção do bimestre assegurada pela política salarial em vigor, agora já deveria ter sido publicada a portaria para fixação do percentual.

Quanto as possibilidades de uma intervenção de natureza jurídica, impetrando-se um mandado de segurança coletiva em nome de toda a categoria esta, dado às limitações de nossa personalidade jurídica enquanto Federação requer de nossa parte toda a preparação já iniciada durante o mês de dezembro. Mais ainda, é necessário primeiro que ocorra a quebra contratual ou que o governo explicita formalmente a decisão de fazer o parcelamento, o que requer provavelmente de sua parte a edição de uma Medida Provisória que vise mudar a regra. Tendo em vistas estas limitações, iremos articular junto aos partidos de esquerda para que os mesmos ingressem, uma vez confirmada esta possibilidade, com uma ação

popular visando garantir a integralidade do reajuste.

Por fim, cumpre-nos agora intensificar nossa mobilização e desencadear um amplo processo de mobilização atuando em frentes, em primeiro lugar junto à base da categoria divulgando e discutindo o quadro da conjuntura e as manobras em curso, bem como a natureza do embate que teremos para com isso acumularmos força, junto ao parlamento, mobilizando os atuais parlamentares, bem como os que tomarão posse em fevereiro para desencadear um processo de pressão direta sob o governo; junto às reitorias cobrando que as mesmas se manifestem junto ao novo Ministro da Educação para cobrarem a imediata liberação dos recursos para o pagamento das férias, bem como a imediata aplicação da Lei no tocante ao reajuste dos servidores pago de uma só vez; junto à imprensa denunciando o descalço e a arbitrariedade do governo no trato com os servidores públicos; junto à sociedade denunciando as falácias de FHC e sua equipe econômica.

NOTAS

VALE ALIMENTAÇÃO

A Reitoria solicitou o vale alimentação para o mês de janeiro incluindo o retroativo referente aos meses de junho e agosto. Isso significa dizer que os servidores que aderiram ao benefício alimentação, após a aprovação da lei que pôs fim à chantagem das 30h, receberiam o montante normal acrescido dos valores referentes aos meses citados.

A Reitoria explica que encaminhou a solicitação à empresa que fornece os tickets (a Blue Card) e espera que até a data prevista para a entrega do benefício a Universidade já tenha recebido o repasse das verbas referente ao Orçamento de 1995.

CONSELHO FISCAL

Foi realizada no dia 19 de dezembro úl-

timo a eleição para composição do Conselho Fiscal do Sint-UFG. Os três titulares eleitos foram Lúcia Maria de Lima, Maria Aparecida B. Borges e Clénia Borges Martins. Ficaram como suplentes: Geraldo Batista Xavier, Ronaldo Caetano Mendonça e Cheila Maria Rodrigues. O Sint-UFG avalia que o comparecimento às urnas foi bom em virtude do tempo exíguo de preparação do pleito e do período em que foi realizado a eleição, que não era muito propício à mobilização.

CONSELHO DE REPRESENTANTES

Será realizada no próximo dia 11 (quinta-feira), às 15 horas, na sede do sindicato, mais uma reunião do Conselho de Representantes do Sint-UFG. Os temas em pauta que vão polarizar as discussões são a Data-Base e a Mobilização da categoria. A diretoria do Sint-UFG está convocando todos os representantes para que compareçam em peso a esta reunião em virtude da gravidade do momento em que estamos vivendo, com as novas ameaças que o governo de FHC está dirigindo contra os servidores públicos federais.

ASSEMBLÉIA GERAL

DIA: 10/01 (^{6º} ~~quarta~~ -feira) - 8h30

LOCAL: Fac. de Odontologia

PAUTA: 1. Informes

2. Data-Base

3. Tirada de Delegados para a Plenária da Fasubra

PARTICIPE!